Marcas de água e historia do papel

a convergência de um estudo

Watermarks and paper history: the convergence of a study

Maria José Ferreira dos Santos

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2334>

DOI: 10.4000/cultura.2334

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2014

Paginação: 11-29

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Maria José Ferreira dos Santos, « Marcas de água e historia do papel », *Cultura* [Online], Vol. 33 | 2014, posto online no dia 23 março 2016, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2334> ; DOI : 10.4000/cultura.2334

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Marcas de água e historia do papel

a convergência de um estudo

Watermarks and paper history: the convergence of a study

Maria José Ferreira dos Santos

Introdução

- ¹ O interesse que o estudo das marcas de água tem vindo a assumir nos últimos anos em Portugal, quer através do contributo de diferentes investigadores na área da História do Papel, quer como objecto temático de projectos de investigação no âmbito de dissertações académicas, sugere a necessidade de utilização rigorosa de uma terminologia específica nesta área de estudo, que possibilite uma partilha de conhecimentos e, simultaneamente, contribua para uma clarificação de procedimentos orientadores sobre recolha e reprodução de marcas de água.
- ² Esta necessidade de normalização torna-se ainda mais premente no contexto actual, com a importância crescente de bases de dados acessíveis *online*, que permitem o recurso a redes internacionais sobre marcas de água.¹ De facto, não podemos esquecer que o estudo das marcas de água, embora com particularidades específicas a nível regional, terá de ser enquadrado num âmbito europeu, face à intensa circulação do papel pelo mundo ocidental, desde que, no século XIII, este novo suporte de escrita, vencendo progressivamente as naturais resistências, substituiu o pergaminho.

1. Da filigrana à marca de água

- ³ Não pretendemos, nem seria possível fazê-lo no âmbito desta comunicação, analisar todos os aspectos e termos específicos da área do estudo das marcas de água. Creio, no entanto, que, pelas particularidades que este estudo comporta, esta clarificação constitui um desafio prioritário, de forma a não correremos o risco de, a médio prazo, construir uma Torre de Babel, não só em Portugal mas também nos países de expressão portuguesa, com destaque para o Brasil, onde é manifesto o interesse por esta área de investigação.

- 4 Vejamos, por exemplo, a utilização da expressão “marca de água”, frequentemente designada por “filigrana”. Na linha da tradição portuguesa, quer a nível historiográfico, quer a nível da linguagem corrente usada na indústria do papel, a palavra “filigrana” corresponde à figura formada por finos fios metálicos, bordada ou aplicada sobre a superfície da teia da forma manual² ou do rolo filigranador.³ No processo de produção, aquando da formação da folha de papel, nos espaços ocupados por essa filigrana, verifica-se, necessariamente, uma menor acumulação de fibras, o que ocasiona áreas de uma maior transparência, visíveis à contraluz. Ou seja, a filigrana dá origem a uma marca na folha de papel no momento da sua produção, chamada marca de água. Neste sentido, em Portugal, e por questões de coerência com o passado e de rigor técnico, “filigrana” e “marca de água” não deveriam ser usadas como tendo o mesmo significado, porque de uma resulta a outra.⁴
- 5 Referindo um outro exemplo, parece-nos também essencial recuperar o significado exacto dos termos “vergaturas” e “pontusais”. Na verdade, o facto de, em Espanha, as vergaturas serem designadas por “pontizones” e os pontusais serem chamados de “corondeles” tem originado algumas imprecisões e, por isso, urge repor o sentido que destes termos fizeram uso, na linha da terminologia francesa,⁵ investigadores portugueses de referência nesta área, nomeadamente Ataíde e Melo e Artur Anselmo.⁶
- 6 As vergaturas e os pontusais são resultantes, na produção manual de papel, da configuração da teia da forma. Esta, usualmente de cobre, era formada por fios muito próximos, paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas), e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma, chamados pontusais. Deste modo, numa folha de papel avergoado⁷ são visíveis as vergaturas, linhas de cor clara, com reduzidos espaços de separação, cruzadas pelos pontusais, linhas que apresentam um maior espaçamento entre si. Naturalmente que, de acordo com a dobragem de uma folha de papel, estas vergaturas e pontusais poderão aparecer na horizontal ou na vertical, condicionando a localização e visibilidade da própria marca de água.⁸

2. A personalização das marcas de água

- 7 Desde que em 1282, em Fabriano, Itália, surgiu a primeira marca de água, os fabricantes de papel tornaram-na, desde muito cedo e em toda a Europa, uma marca pessoal do papel por eles produzido. De facto, se ainda no século XIII, as marcas de água primam pela simplicidade, com um traço hesitante e uma dimensão reduzida, já no século XIV, tornam-se mais significativas e personalizadas, através da referência ao local do moinho produtor, às iniciais, ou mesmo ao nome, do fabricante.⁹
- 8 O aumento da procura de papel, a partir da invenção da imprensa, esteve na origem do aparecimento de novos moinhos papeleiros por toda a Europa, obrigando os fabricantes a uma produção de papel com características físico-mecânicas que assegurasse uma maior resistência à pressão exercida pela prensa. Por esta mesma razão, impressores e gravadores preferiam utilizar papel sem marca de água, porque a inerente fragilidade da área do papel filigranado poderia originar pontos de ruptura no papel, aquando da impressão.¹⁰ Ao papel, passa também a ser exigida a necessária lisura, bem como uma reduzida absorção, condições essenciais para uma boa reacção à difusão da tinta. Também a opacidade do papel passa a ser uma condição básica, sem a qual não seria possível a impressão da frente e do verso da folha. Destas novas exigências resulta um

aperfeiçoamento no modo de produção e no controle de qualidade, tanto mais que os impressores exigem também um papel de boa resistência, mas de baixa gramagem, para que o livro pudesse ter menos volume e menos peso.

- 9 Assim, este aumento da procura de bom papel gera um aperfeiçoamento das técnicas de fabrico do papel de escrita, independentemente do seu uso futuro como suporte para impressão ou para escrever à mão,¹¹ suscitando também uma maior concorrência entre os fabricantes. Esta concorrência terá contribuído decididamente para uma cada vez maior personalização do papel, reforçando a sua posterior importância como componente essencial para a localização no tempo de documentos não datados. A marca de água passa a ser acompanhada por um conjunto de elementos informativos, desde a qualidade do papel à identificação do lugar ou região onde se localizava a unidade papelreira e à identificação do nome do fabricante produtor. Torna-se assim possível estabelecer o período cronológico de produção desse mesmo papel e, a partir do século XVIII, seguindo uma tendência que já se prefigura desde meados do século XVII, poder-se-á localizar, com rigor, o ano de produção, uma vez que este aparece, frequentemente, assinalado na própria marca de água.¹²
- 10 Naturalmente que ao ano de fabrico do papel, há que somar a possibilidade do uso das mesmas formas de produção em anos posteriores ao da data filigranada, sem esquecer os períodos de armazenamento, quer na própria fábrica, quer nos depósitos dos comerciantes ou no consumidor final, e sem esquecer também os tempos inerentes aos transportes. Por todas estas razões, é comum encontrarmos nos arquivos papel que foi utilizado decorridos vinte anos da sua data de fabrico. Conhecidos e identificados todos estes elementos informativos, poder-se-á chegar às vastas áreas geográficas de implantação comercial controladas pelas grandes unidades papelreiras, detectando igualmente áreas mais restritas de comunidades locais, onde a resposta ao consumo de papel era assegurado, quase exclusivamente, pelos pequenos moinhos da região.
- 11 Importa lembrar que esta personalização do papel, através de uma marca de água própria, sendo objectivamente uma afirmação do fabricante, constitui também uma garantia de qualidade do produto apresentado, desencadeando por isso, e num processo quase simultâneo, a falsificação da marca de água, por inteiro (principalmente nos papéis de maior qualidade), ou através da cópia do motivo principal,¹³ passando este a ser acompanhado por novos elementos informativos e identitários. O prestígio que o papel italiano continuava a ter em Portugal ainda no século XIX explica as indevidas apropriações de uma das marcas de água emblemáticas de Giorgio Magnani, tão assiduamente encontrada nos nossos arquivos e fielmente copiada por diferentes fabricantes portugueses.¹⁴ Em 1813, já os irmãos Magnani, Giorgio e Domenico, possuíam sete fábricas de papel em Pescia, com um total de vinte tinas de produção. Em 1840, este número cresce para 27 tinas de produção de papel branco, o que lhes permite assegurar uma significativa fatia da exportação de papéis de escrita, tanto mais que incorporava também papel produzido por outros fabricantes, mas com a marca Magnani.¹⁵ A distribuição deste papel, em Portugal, era feita a partir de Lisboa, onde os irmãos Magnani possuíam uma filial de venda. As marcas de água dos Magnani, e dum modo particular a de Giorgio Magnani, líder deste império papelreiro italiano da primeira metade do século XIX, vão perpetuar-se, mesmo após o desaparecimento do patriarca dos Magnani, como sinónimo de qualidade do papel de escrita.

3. A importância da contramarca

- 12 Não deixando de ser uma marca de água, a contramarca constitui uma informação complementar, figurando geralmente, e daí o seu nome, no outro lado da folha, em simetria com a marca de água. Como, em princípio, a marca de água se encontra no centro da metade direita da folha, a contramarca é colocada do lado esquerdo da mesma folha, ambas perpendicularmente aos pontusais. No entanto, esta distribuição não pode ser tida como regra absoluta. A criatividade dos fabricantes, mantendo-se embora fiel à “assinatura” do papel por si produzido, foi originando ao longo dos séculos as mais variadas composições, inserindo diferentes elementos figurativos e informativos, numa distribuição aleatória, mais estética que padronizada, apesar dos normativos estatais que, progressivamente, vão surgindo por toda a Europa.
- 13 Como refere José Carlos Balmaceda, “já em 1582, em França, uma ordenação de Henrique III impunha aos fabricantes usar a contramarca na outra metade da folha, em simetria com a filigrana principal, com as iniciais ou nomes completos. Em 1739 e 1741, será confirmado o uso da contramarca com a denominação da qualidade do papel e o local do fabrico”.¹⁶
- 14 Constituindo uma confirmação da identidade do fabricante, a contramarca surge também representada, dum modo menos ostensivo, através de letras isoladas ou formando siglas e monogramas. Por exemplo, no papel português do século XIX, a letra “A” foi usada como contramarca do papel produzido na “Fábrica dos Azevedos”, em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, e as letras “P” e “C” surgem como uma sigla identificadora da Fábrica de Porto de Cavaleiros, em Tomar.
- 15 Por outro lado, como refere Edward Heawood, desde finais do século XVII que o papel exportado pelos genoveses para Espanha e Portugal era assinalado com uma pequena contramarca de canto, para além da contramarca principal, contendo as iniciais correspondentes ao nome do fabricante.¹⁷ Estas letras isoladas, ou formando um monograma, podem surgir no canto inferior ou superior, direito ou esquerdo, da folha de papel, nem sempre sendo fácil descobrir o seu sentido de leitura quando se não conhecem o nome e o sobrenome do fabricante.
- 16 Como forma de assegurar a identificação do papel, independentemente da dobragem que a folha pudesse vir a ter posteriormente, alguns fabricantes, nomeadamente os italianos Polleri, colocavam frequentemente a letra “P” como contramarca de canto, em dois, ou mesmo nos quatro cantos da folha de papel. No entanto, estas letras isoladas, ou formando monogramas e siglas, podem também surgir integradas na composição da própria marca de água ou da contramarca principal.
- 17 A identificação da marca de água que a seguir apresentamos só se tornou possível através da decifração do monograma da contramarca secundária que figura no canto inferior esquerdo da folha de papel, uma vez que a contramarca principal, representando uma flor-de-lis coroada, nada acrescenta à sua identificação. Este monograma, formado pelas letras “J”, “M” e “O”, corresponde às iniciais de José Maria Ottone, o genovês incontornavelmente ligado ao surto manufactureiro do papel, ocorrido nos primeiros anos do século XVIII, em Portugal.
- 18 Oriundo de uma família papelreira de Voltri, Génova, José Maria Ottone terá chegado a Portugal ainda em finais do século XVII. Em 1706, o seu nome surge ligado à fundação de

uma fábrica de papel na cidade de Braga¹⁸ e, em 1708, encontramo-lo ligado à criação da Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, em São Paio de Oleiros, Santa Maria da Feira.¹⁹ Em 1713, já fabricava papel num engenho na Vila da Lousã, tendo apresentado, em finais desse ano, um pedido de empréstimo à Coroa para a construção de uma nova fábrica, naquela mesma vila, o qual lhe seria concedido em Fevereiro de 1714.²⁰

M
CC

FOTOGRAFIA DIGITAL, COM LUZ TRANSMITIDA.

PORMENORES DE MARCA DE ÁGUA E CONTRAMARCAS USADAS POR JOSÉ MARIA OTTONE.

- ¹⁹ Apesar das diferentes designações e grafias com que nos deparamos, no respeitante ao sobrenome deste técnico papeleiro genovês, nomeadamente na documentação da Junta do Comércio, onde aparece frequentemente designado como “Joze Oton”,²¹ a verdade é que nos registos paroquiais de São Paio de Oleiros, a referência é “Joseph Maria Ottone”,²² o mesmo sucedendo nos registos paroquiais da Lousã.²³ Concluimos, por isso, ser este o nome de família que mais tempo usou ao longo da sua vida, tanto mais que, numa

escritura de 13 de Fevereiro de 1715, ele próprio assina “Jozeph M Ottone”.²⁴ Todavia, em Braga, no início, ou praticamente no início do seu percurso como fabricante de papel, este genovês assinava, dum modo bem legível, “Ottoni”, como refere Aurélio de Oliveira.²⁵

Reprodução por decalque vectorial, a partir de fotografia digital, de marca de água e contramarcas usadas por José Maria Ottone, com recurso a mesa digitalizadora.

- 20 A nova Fábrica de Papel da Lousã, que seria “delineada pelo fabricante” José Maria Ottone, como consta na provisão de D. João V de 13 de Julho de 1714, inicia a laboração em meados de 1716.²⁶ Actualmente designada por “Prado-Cartolinas da Lousã S. A.”, constitui um exemplo invulgar de longevidade industrial na História do Papel em Portugal.
- 21 Centro Documental do Museu do Papel. Folha de papel sem registo de data. Dimensão da folha de papel: 300 x 413mm (alt. x larg.). Dimensão da marca de água (lado direito da folha): 139 x 87mm (alt. x larg.). Dimensão da contramarca principal: 137 x 73 mm (alt. X larg.). Dimensão da contramarca de canto: 20 x 21mm (alt. x larg.).

4. A convergência de um estudo

- 22 Em Portugal, embora a utilização de papel como suporte documental remonte ao século XIII, e a arte de fazer papel seja conhecida dos portugueses desde o início do século XV, é somente de 1536 a primeira marca de água até agora considerada como genuinamente

portuguesa.²⁷ Esta marca de água foi identificada no âmbito da investigação patrocinada pela TECNICELPA (Associação Portuguesa dos Técnicos de Celulose e Papel), desenvolvida entre 1986 e 1992, sob a orientação científica dos Professores Artur Anselmo e Aires do Nascimento.²⁸ O estudo e classificação deste acervo de marcas de água, propriedade da TECNICELPA e em depósito no Museu do Papel, será objecto de publicação em 2015.

- 23 No entanto, as diferentes notícias sobre a actividade papelreira do centro do país, a partir do início do século XV, fazem-nos admitir a possibilidade da existência de marcas de água de origem portuguesa em data anterior a 1536. De facto, a mais antiga referência até agora conhecida sobre moinhos de papel em Portugal surge numa carta régia, datada de 29 de Abril de 1411, na qual D. João I concede ao seu Escrivão de Puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide, avô de Afonso de Albuquerque, licença para instalar em dois moinhos arruinados, situados junto ao rio Liz, em Leiria, engenhos de fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel.²⁹ Mesmo que só posteriormente ao ano de 1411 o fabrico de papel aqui se tivesse, efectivamente, iniciado, a verdade é que, desde a década de 1430, como refere Saul António Gomes, são várias as alusões indiciadoras de uma actividade papelreira mencionadas em documentação da cidade de Leiria: em 1433, habitava nesta cidade um João Peres do Papel e, pelo ano de 1435, uma Leonor Rodrigues, a Trapeira, foreira de Alcobaça.³⁰
- 24 Já nas Cortes de Lisboa de 1439, os procuradores da vila de Leiria haviam requerido que lhes fosse declarado quanto deveriam aplicar de foro ao “emgenho do papell que he cousa nova que nunca ouve em estes rregnos”, indagando se este foro deveria ser igual ao aplicado ao pisão de burel, “pois que o pisam lavra ssem cabedal e o emgenho do papel há mester grandes custos e cabedal”.³¹
- 25 Anos mais tarde, a 27 de Fevereiro de 1441, este moinho encontrava-se ainda na posse dos descendentes de Gonçalo Lourenço de Gomide e em franca actividade produtiva. Só assim ganha sentido a concessão de privilégios sobre o transporte, em regime de exclusividade, dos carregamentos de trapo necessários à produção de papel deste moinho, feita por D. Afonso V a Fernão Rodrigues, curador dos filhos de João Gonçalves, netos do fundador.³² Como mostrou Saul António Gomes, esta actividade ter-se-á mantido durante todo o século XV e até ao início do século XVI: em 1464, habitava em Leiria um “Gil Afonso do Papel” e, em 1501, um “João Pires, trapeiro”.³³
- 26 Como aconteceu, nesta mesma época, em diferentes regiões da Europa, esta actividade papelreira em Leiria terá ocasionado uma reprodução de mão-de-obra conhecedora da arte de fazer papel, suscitando o aparecimento de novos engenhos ou a adaptação de antigos moinhos farinheiros ao fabrico de papel. De facto, ainda na primeira metade do século XV, configura-se, como salienta Saul António Gomes, um segundo centro produtor de papel, em Cernache, onde existiram uns “artefícios de fazer papel”, em actividade em 1431, ano em que foram registados no tombo dos bens do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.³⁴
- 27 Neste novo eixo papelreiro Cernache-Coimbra, a arte de fazer papel parece ter firmado raízes. No Foral de Cernache, concedido por D. Manuel em 15 de Setembro de 1514, na referência dos direitos deste Senhorio, pode ler-se, como refere Ana Maria Leitão Bandeira: “E alem dos ditos direitos tem mais o senhorio outros direitos [...] – a saber – Moenda dagua. Dadas a particulares pessoas per muytos preços e contrautos segundo nelles he declarado – a saber – ho moinho do cubo. E as açenhas do papel...”.³⁵

Corresponderão estas “azenhas do papel” da Ribeira de Cernache aos “artifícios de fazer papel” de 1431, registados no tombo dos bens do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra?

- 28 Torna-se assim expectável o aparecimento e identificação de novas marcas de água em papel de fabrico nacional no século XV, possibilidade que se reforça para o século XVI, com a difusão desta arte pelo Norte e centro do país: em anos anteriores a 1534, segundo Aurélio de Oliveira, já se fabricava papel na cidade de Braga;³⁶ em 1537, o moinho de papel de Manuel de Góis, na Ribeira de Fervença, recebe de D. João III carta de privilégio;³⁷ e, em 1565, Alenquer terá iniciado o seu percurso papeleiro, com a concessão de privilégios a Manuel Teixeira, para aqui construir uns moinhos de fabricar papel.³⁸
- 29 Sobre o tantas vezes citado Moinho do Papel de 1514, na Batalha, tal como havia admitido Sousa Viterbo quando pela primeira vez lhe fez referência e como recentemente mostrou Miguel Portela, este não terá, de facto, existido. Trata-se somente de uma propriedade inscrita no tombo dos bens do Convento da Batalha e que, dada a sua localização junto ao Moinho do Papel de Leiria, aparece referida como o “Olival do moinho do papel que traz Pero Alvares, ou o chão dos moinhos do papel”.³⁹
- 30 Para o século XVII, os recentes estudos de João Ruas trouxeram uma nova visão sobre o Engenho do Papel de Vila Viçosa, mandado construir por D. João II, duque de Bragança, futuro rei D. João IV. A produção de papel ter-se-á iniciado no Inverno de 1637-1638, mantendo-se o engenho de Vila Viçosa em actividade até agosto de 1641.⁴⁰ Ainda no século XVII, é a vez de Figueiró dos Vinhos conhecer também esta arte: em 1663, foi passado alvará a Francisco Dufour, superintendente das Ferrarias de Tomar e de Figueiró dos Vinhos, para “fazer a sua custa hums engenhos de agoas [...] e huma ofesina pera fazer toda a sorte de papel”,⁴¹ actividade continuada por Pedro Dufour, por um período que durou aproximadamente vinte anos.⁴²
- 31 Mas apesar de o projecto de Vila Viçosa ter sido acompanhado por um mestre papeleiro castelhano e, apesar de, em Figueiró dos Vinhos, haver notícia de mão-de-obra francesa conhecedora da arte de fazer papel, só no século XVIII assistimos, no nosso país, a um surto industrial do papel, que acompanha, aliás, o percurso do genovês José Maria Ottone. Neste processo de consolidação da indústria do papel, foi relevante o contributo dado pela vinda de mão-de-obra europeia especializada na arte de fazer papel, com destaque para os Baguetto, os Varezi, os Buzano, os Thomate e os Canneva, oriundos de Génova, e para os Erse, naturais de Karemberg, nos Estados Alemães.⁴³ Alguns destes nomes, como os Buzano, os Thomate e os Canneva, surgem como contramarcas de marcas de água representando o escudo português, o que nos faz admitir, apesar de a contramarca sugerir uma origem italiana, a possibilidade de se tratar de papel de fabrico nacional, dos séculos XVIII e XIX.
- 32 Foi precisamente a partir do início do século XVIII que, em Portugal, se generalizou a produção de papel com marca de água, quer na fábrica da Lapa, em São Paio de Oleiros, Feira, quer na Fábrica da Lousã. Todavia, só em 1766 encontramos pela primeira vez uma referência documental sobre o uso da marca de água e da contramarca, num requerimento apresentado à Real Junta do Comércio, por João Baptista Bourgeois.⁴⁴ Este “homem de negócios da cidade do Porto” propunha-se “arrematar, debaixo de algumas condições a fábrica de papel da Vila da Lousã”, especificando na sétima e na oitava condições “que todo o papel desta fábrica tenha por marca de uma parte uma estrela coroadada e de outra a inscrição Louzã. Que seja reputado de contrabando, proibido na sua entrada, todo o papel que vier de fora com a marca e contramarca acima referidas

impondo-se-lhes a pena imposta pelo capítulo 17º dos estatutos desta preclaríssima Junta do Comércio”.⁴⁵

- 33 Anos mais tarde, a 14 de Julho de 1770, nas condições de venda da Real Fábrica de Papel da Lousã, especificadas no alvará de privilégios, vê-se confirmado o direito de utilizar uma certa e particular marca em cada folha de papel aí manufacturado, como forma de proteger os interesses daquela fábrica.⁴⁶ As condições clausuladas neste alvará constituirão uma referência para a Real Junta de Comércio, aquando da atribuição de posteriores alvarás a novas fábricas de papel, nomeadamente o alvará de 24 de Novembro de 1789, concedido à Real Fábrica de Papel de Vizela.⁴⁷ Entre outros privilégios, também o respeitante à utilização de uma marca de água própria continuará a ser uma referência, o que contribuiu, decididamente, para o aparecimento de uma enorme variedade de marcas de água portuguesas neste último quartel do século XVIII.
- 34 A partir do início do século XIX, em Portugal, e particularmente na região de Santa Maria da Feira e de Tomar, com a multiplicação de fábricas de papel, a identificação do fabricante torna-se frequentemente o motivo figurativo principal, ocupando toda a largura inferior da folha de papel. Assumindo-se como uma marca de água particularmente identitária, dispensa, obviamente, a inserção de uma contramarca.

5. A descodificação das marcas de água

- 35 Ao estudo desta tão vincada personalização do papel é inerente uma reflexão sobre as possíveis razões da escolha, por parte do fabricante, de determinado motivo iconográfico. Desde cedo, os fabricantes de papel inseriram na composição da marca de água uma variada simbologia cultural e religiosa, com destaque para a de raiz judaico-cristã, como a estrela, o quarto crescente ou a cruz, esta nas suas mais diferentes formas.⁴⁸ Mas, e não menos essencial, é fundamental a interpretação das chamadas contramarcas do papel, que podem figurar de uma forma objectiva, mas também através de siglas e de símbolos que exigem uma descodificação. Na verdade, por vezes, esta identificação é assumida dum modo subtil através de um símbolo que se reporta, normalmente, ao apelido de família do fabricante. Por exemplo, a pequena “perna”, “gamba” em italiano, frequentemente dentro de uma circunferência, colocada no canto inferior ou superior da folha como contramarca de canto, ou integrada na composição iconográfica da marca de água como um elemento aparentemente decorativo, mais não é que o símbolo utilizado pelos fabricantes italianos Gambini, de Génova, na identificação do papel saído das suas fábricas.⁴⁹ O mesmo sucede, só para citar alguns exemplos, com a representação da colmeia, mais ou menos estilizada, símbolo do excelente papel holandês da família Honig, com a representação da balança, usada como contramarca pelo fabricante Giusto, ou mesmo com a pequena figura de uma espada, símbolo dos papeleiros italianos Spada.
- 36 Neste sentido, o estudo das marcas de água torna-se cada vez mais interpretativo, ultrapassando o patamar heurístico do registo da infinidade de representações, mais ou menos elaboradas, concebidas ao longo dos séculos pelos mestres papeleiros ou pelos proprietários ou arrendatários de moinhos, engenhos ou fábricas de papel. Para isso, é essencial termos presentes os nomes destes fabricantes e a localização, no tempo e no espaço, das respectivas unidades produtivas. E se pensarmos que, não só em Portugal mas por toda a Europa, gerações sucessivas da mesma família se dedicam a esta arte, repetindo em cada geração os nomes dos progenitores, torna-se essencial o conhecimento das

genealogias das famílias do papel como parte integrante do inventário das fábricas e como suporte desta interpretação.

- 37 Através da decifração de elementos simbólicos associados à composição da marca de água, perspectiva-se a possibilidade de conhecer o contexto sociocultural dos seus autores. Estes elementos figurativos são muitas vezes indiciadores do grau de alfabetização dos fabricantes, da sua criatividade inovadora ou assumidamente conservadora, das suas aspirações sociais, em síntese, das suas mentalidades.⁵⁰ Neste sentido, não podemos dissociar o estudo das marcas de água de uma interpretação de todos os elementos informativos, mais ou menos evidentes mas sempre valiosos, que podem permitir o conhecimento do contexto manufactureiro ou fabril em que foram criadas. Ou seja, o estudo das marcas de água não pode ser desintegrado de um universo maior que abrange as diferentes vertentes que constituem a História do Papel.

Conclusão

- 38 Como vimos, a marca de água proporciona um vasto campo de análise intrinsecamente dependente do papel, seu habitat centenário, e o seu estudo não pode ser encarado numa perspectiva isolada, mas sempre integrada na análise do suporte da folha de papel, de que faz intrinsecamente parte. Neste sentido, a elaboração de uma ficha técnica de registo de papéis, com e sem marca de água, constitui uma base estruturante de trabalho, com vista à clarificação de procedimentos normativos a nível da especificação dos dados a recolher aquando do seu levantamento, tendo como orientação as normas da Associação Internacional de Historiadores do Papel.⁵¹
- 39 Sem desvalorizar os sistemas de reprodução tradicionais de marcas de água,⁵² o recurso à fotografia digital com luz transmitida parece-nos actualmente o mais prático, o mais rigoroso e o menos invasivo a nível da conservação do próprio papel. As possíveis distorções da dimensão real, decorrentes de uma eventual manipulação da fotografia, podem ser ultrapassadas pela indicação das medidas da folha de papel e da marca de água, o que não dispensa a colocação de réguas milimétricas junto à marca de água, aquando do registo fotográfico. Só assim se asseguram condições posteriores para uma rigorosa interpretação das dimensões reais da imagem.
- 40 A utilização de uma mesa com tampo de luz fria é suficiente para o registo fotográfico de documentos soltos. No entanto, para a recolha de marcas de água em livros impressos, o recurso a um equipamento de fibra óptica mostra-se o mais adequado, porque a flexibilidade da lâmina de luz fria, brilhante e livre de UV, permite um registo de imagens de grande definição, nomeadamente para a recolha de marcas de água que se encontram na dobragem do livro. Mas a verdade é que, por razões várias, nem sempre se consegue obter uma imagem fotográfica com a qualidade desejada.⁵³ Frequentemente, a densidade de escrita ou a tinta repassada, ou mesmo as manchas de humidade ou de ferrugem, impedem um bom resultado, embora este possa ser melhorado através de programas de tratamento de imagem, fazendo-se sobressair os contornos menos nítidos da marca de água. Nestes casos, e com o recurso a uma mesa digitalizadora e a programas de desenho digital vectorial, poderá completar-se esta recolha, como fizemos no exemplo anteriormente apresentado.⁵⁴ O desenho vectorial, embora sujeito a erros de interpretação ou de destreza, tal como o decalque manual, não só possibilita a correcção imediata de qualquer desvio do traço, como permite que se possa prescindir do documento original, o que constitui uma mais-valia para a conservação do próprio papel.

- 41 Apesar dos testemunhos documentais sobre diferentes moinhos de papel na região centro do país, desde o início do século XV, a verdade é que a sua produção teria tido um significado meramente local. E mesmo com o surto industrial que a arte de fabricar papel conheceu em Portugal a partir do século XVIII, a produção nacional não era ainda suficiente para as necessidades do reino e do vasto império português, como se constata pela diversidade de marcas de água de fabricantes europeus, encontradas nos documentos dos nossos arquivos. Nos séculos XVII e XVIII, e mesmo ainda no século XIX, algum deste papel era produzido especificamente para o mercado português, com marca de água representando as armas de Portugal. Mas, contrariando o natural erro de simpatia, a contramarca lá está, quase sempre, dum modo ostensivo ou subtil, mostrando a sua proveniência italiana ou francesa.
- 42 Por isso, apesar do deslumbramento incontornável que sempre nos toma, quando, no silêncio dos arquivos, olhando uma folha de papel em contraluz, nos deparamos com um aparentemente novo e surpreendente desenho de uma desconhecida marca de água, não podemos esquecer que a sua beleza iconográfica constitui apenas uma parte da riqueza de informação que ela transporta. A sua interpretação e contextualização e, frequentemente, a sua descodificação, são essenciais, bem como a delimitação de alguns critérios que possibilitem a sua partilha e comunicação. Só assim toda a simbologia contida numa marca de água ou numa contramarca se revela, contribuindo para a identificação do próprio papel e convergindo, simultaneamente, para o conhecimento da História desta Indústria.
- 43 Fontes manuscritas
- 44 Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Junta do Comércio, JC8, *Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrícula de Servidores – Papel. 1760-1833 e 1780-1833*.
- 45 Arquivo Distrital de Aveiro, *Registos Paroquiais de S. Paio de Oleiros, Livro Misto nº 2, 1703-1749*, fl. 12/v-13.
- 46 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Registos Paroquiais da Lousã, Livro de Baptismos, 1677-1743*, fl. 356.
- 47 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livros Notariais da Lousã, Tabelião Luís Miguel das Neves, 1714-1716*, fl. 95/v.
- 48 ANSELMO, Artur, *História da Edição em Portugal. Das origens até 1536*, Vol. I, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1991.
- 49 BALMACEDA, José Carlos, *Filigranas. Propuestas para su reproducción*, Universidad de Málaga, Málaga, 2001.
- 50 BALMACEDA, José Carlos, *La contribución genovesa al desarrollo de la manufactura papelera española*, Centro Americano de Historiadores del Papel, Málaga, 2005.
- 51 BALMACEDA, José Carlos, “Los Magnani: papeles y filigranas en documentos Hispanoamericanos”, in *Actas del VIII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Burgos, 2009.
- 52 BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1999.
- 53 FERREIRA, Joaquim Antero M., “Breves apontamentos sobre a indústria papeleira em Vizela: as fábricas de papel dos Álvares Ribeiro (séculos XVIII-XX)”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Renova, Coimbra, 2008.

- 54 GOMES, Saul António, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. I, Coimbra, 1996.
- 55 HEAWOOD, Edward, “Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries”, in *Monumenta Chartae Papyraceae*, The Paper Publications Society, Holland, 1950.
- 56 HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, “El papel de los Incunables españoles”, in *Isabel I y La Imprenta. Consecuencias materiales en el mundo cultural de esta revolución tecnológica. Actas de las Jornadas*, Madrid, 2004.
- 57 HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, “Proyecto de creación de un plan nacional de filigranas al servicio archivos y bibliotecas y centros de documentación españoles”, in *Actas del VII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2007.
- 58 *International standard for the registration of papers with or without watermarks*, International Association of Paper Historians, Version 2.1.1. (2013).
- 59 LARES, Maria Manuel Fernandes Pinto, *Para a História do Papel Portugues nos Livros Impressos do Século XVI*, Dissertação final do Curso de Ciências da Informação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1989. (Policopiado)
- 60 MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O Papel como Elemento de Identificação*, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926.
- 61 NASCIMENTO, Aires, “A propósito da edição de um códice alcobacense (B.N.L. cód. 6747)”, in *Euphrosyne*, Nova série, Vol. IX, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1979.
- 62 OLIVEIRA, Aurélio de, “Indústrias em Braga. As fábricas de papel do Rio Este”, in *Bracara Augusta*, vol. XLIX, 96 (109), ed. Câmara Municipal de Braga, Braga, 1993.
- 63 OLIVEIRA, Aurélio de, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, Vol. 8, Porto, 2007.
- 64 PORTELA, Miguel, *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII*, ed. do autor, Figueiró dos Vinhos, 2012.
- 65 PORTELA, Miguel, “Houve ou não fabrico de papel na Batalha no século XVI? Notas sobre o fabrico de papel no Distrito de Leiria”, in *Boletim Semestral do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*, edição nº 2, Batalha, 2014.
- 66 RIBEIRO, Manuel Cipriano Alegre, “A fabricação de papel em Portugal”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1995.
- 67 RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Europa-América e Associação Industrial Portuense, Lisboa, 1999.
- 68 RUAS, João, “O engenho de papel”, in *Monumentos*, nº 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007.
- 69 SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*, ed. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira, 1997.
- 70 SANTOS, Maria José Ferreira dos; CASTELLÓ MORA, Juan, “The Ottone family and paper manufacturing in Spain and Portugal – 17th and 18th century”, in *IPH Congress Book*, International Association of Paper Historians, Switzerland, 1998.

- 71 SANTOS, Maria José Ferreira dos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra e Renova, Coimbra, 2008.
- 72 VITERBO, Sousa, *Artes industriaes e industrias Portuguezas. O vidro e o papel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903.
- 73 ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1981.
- 74 ALVES, Jorge Fernandes, *Indústria da Pasta e do Papel em Portugal. O grupo Portucel, PORTUCEL SGPS, S. A.*, 2001.
- 75 BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *Pergaminho e Papel em Portugal. Tradição e conservação*, CELPA – Associação da Indústria Papeleira; BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, 1995.
- 76 BRIQUET, Charles M., *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier, dès leur apparition vers 1282 jusqu’en 1600*, Tomos I-IV, Leipzig, 1927.
- 77 Cabeza de Buey y Sirena. *La Historia del Papel y las Filigranas desde el Medievo hasta la Modernidad*, (coord. Emanuel Wenger), Proyecto Bernstein The Memory of Paper, Instituto Valenciano de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Valência, 2011.
- 78 CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de, “A fábrica de papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, Vol. 10, Porto, 2009.
- 79 CHURCHILL, William Algeron, *Watermarks in Paper in Holland, England, France etc. in the XVII and XVIII centuries and their interconnection*, Amsterdam, 1965.
- 80 HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, “Sistemas tradicionales en la reproducción de filigranas”, in *Investigación y Técnica del Papel*, nº 124, Madrid, 1995.
- 81 MARQUES, António Jorge, *A obra religiosa de Marcos António Portugal (1762-1830): catálogo temático, crítica de fontes e de texto, proposta de cronologia*, Biblioteca Nacional de Portugal, CESEM, Lisboa, 2012.
- 82 MENDES, José M. Amado, “História e património industrial do papel: a indústria papeleira no distrito de Coimbra”, in *ARUNCE – Revista de Divulgação Cultural*, nº 16, ed. da Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 2001.
- 83 MENDES, José M. Amado, “O papel e a Renova: tradição e inovação”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra e Renova, Coimbra, 2008.
- 84 WENGER, Emanuel; FERRANDO CUSÍ, Marisa, “Como hacer y organizar una base de datos de filigranas y como hacerla accessible desde el portal Bernstein. Base de datos de IVC+R: Un ejemplo para la integración”, in *Actas del X Congreso Nacional de Historia del Papel en Espana*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2013.

NOTAS

1. Como exemplo, o portal do projecto Bernstein (<http://memoryofpaper.eu>), que integra bases de dados com diferentes colecções de referência na área das marcas de água, nomeadamente os grandes catálogos WILC e Piccard, bem como uma extensa lista, traduzida em sete línguas, de termos essenciais à descrição destas marcas.
2. Molde de madeira, utilizado na produção manual de papel. É constituído por um quadro solto e uma teia metálica (formada pelas vergaturas e pelos pontusais) aplicada num marco rectangular, sendo este marco reforçado, no seu interior, por travessas de secção em cunha, paralelas ao lado mais curto da forma. No processo de fabrico, eram usadas duas formas em simultâneo.
3. Peça de forma cilíndrica revestida a teia metálica (sobre a qual são fixadas as filigranas), com eixo concêntrico de pontas salientes para apoio rotativo.
4. Em Espanha, a palavra “filigrana” é usada pelos investigadores desta área para denominar a composição formada por fios metálicos aplicada sobre a teia da forma, designando, simultaneamente, a marca de água da folha de papel.
5. “Fils vergeures” (vergaturas) e “fils de chainettes” ou “pontuseaux” (pontusais).
6. Arnaldo Faria de Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação*, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926; Artur Anselmo, *História da Edição em Portugal. Das origens até 1536*, Vol. I, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1991.
7. Designação do papel marcado por vergaturas e pontusais, também chamado papel “linha de água”.
8. Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação...*, ob. cit., p. 17.
9. Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*, ed. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997, pp. 169-170.
10. José Carlos Balmaceda, *Filigranas. Propuestas para su reproducción*, Universidad de Málaga, Málaga, 2001, pp. 55-56.
11. Maria del Carmen Hidalgo Brinquis, “El papel de los Incunables españoles”, in *Isabel I y La Imprenta. Consecuencias materiales en el mundo cultural de esta revolución tecnológica. Actas de las Jornadas*, Madrid, 2004, p. 15.
12. Edward Heawood, “Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries”, in *Monumenta Chartae Papyraceae*, The Paper Publications Society, Holland, 1950, pp. 30-31.
13. Considera-se motivo principal de uma marca de água a sua representação mais dominante e caracterizadora, decorrendo desta tipologia a respectiva classificação em determinada classe ou subclasse.
14. Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, ob. cit., p. 174.
15. José Carlos Balmaceda, “Los Magnani: papeles y filigranas en documentos Hispanoamericanos”, in *Actas del VIII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Burgos, 2009, p. 53.
16. José Carlos Balmaceda, *Filigranas...*, ob. cit., pp. 43-44.
17. Edward Heawood, “Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries”, ob. cit., p. 24.
18. Aurélio de Oliveira, “Indústrias em Braga. As fábricas de papel do Rio Este”, in *Bracara Augusta*, vol. XLIX, 96 (109), Braga, 1993, pp. 432-434.
19. Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, ob. cit., p. 43.
20. Maria José Ferreira dos Santos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Renova, Coimbra, 2008, pp. 41-48.

21. AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrículas de Servidores – Papel. 1760-1833*.
22. ADA, *Registos Paroquiais de S. Paio de Oleiros, Livro Misto nº 2, 1703-1749*, fl. 12/v-13.
23. AUC, *Registos Paroquiais da Lousã, Livro de Baptismos, 1677-1743*, fl. 356.
24. AUC, *Livros Notariais da Lousã, Tabelião Luís Miguel das Neves, 1714-1716*, fl. 95/v.
25. Aurélio de Oliveira, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, Vol. 8, Porto, 2007, p. 27.
26. Nesta mesma provisão, D. João V confirma a nomeação que havia feito, em 19 de Fevereiro do mesmo ano, a João Netto Arnault, residente no lugar do Espinhal, Lousã, como “Conservador do Engenho do Papel que se fabrica na Vila da Lousã”, referindo-o também como “superintendente desta fábrica”. AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas [...] 1760-1833*.
27. Sobre este assunto, vd. Aires Nascimento, “A propósito da edição de um códice alcobacense (B.N.L. cód. 6747)”, in *Euphrosyne*, Nova série, Vol. IX, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1979, pp. 216-217; Artur Anselmo, “História da Edição em Portugal...”, *ob. cit.*, p. 95.
28. Maria Manuel Fernandes Pinto Lares, *Para a História do Papel Português nos Livros Impressos do Século XVI*, Dissertação final do Curso de Ciências da Informação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1989, (policopiado), pp. 370-375; Manuel Cipriano Alegre Ribeiro, “A fabricação de papel em Portugal”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1995, pp. 32-33.
29. Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação...*, *ob. cit.*, p. 25.
30. Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. I, 1996, p. 440.
31. ANTT, *Livro X da Estremadura*, fl. 68 e 69. *Apud* Maria Manuel Fernandes Pinto Lares, *Para a História do Papel Português nos Livros Impressos do Século XVI*, *ob. cit.*, pp. 357 e 411.
32. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 96. *Apud* Sousa Viterbo, *Artes industriaes e Industrias Portuguezas. O vidro e o papel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903, pp. 83-84.
33. Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel...”, *ob. cit.*, p. 441.
34. *Ibidem*, pp. 442-443.
35. Ana Maria Leitão Bandeira, “O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1999, p. 29.
36. Aurélio de Oliveira, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, *ob. cit.*, pp. 26-27.
37. Sousa Viterbo, *Artes Industriaes e Industrias Portuguezas...*, *ob. cit.*, p. 74.
38. *Ibidem*, p. 75; Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Europa-América e Associação Industrial Portuense, Lisboa, 1999, p. 113.
39. Miguel Portela, “Houve ou não fabrico de papel na Batalha no século XVI? Notas sobre o fabrico de papel no Distrito de Leiria”, in *Boletim Semestral do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*, edição nº 2, Batalha, 2014, p. 17.
40. João Ruas, “O engenho de papel”, in *Monumentos*, nº 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007, p. 152.
41. Miguel Portela, *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII*, ed. do autor, 2012, p. 9.
42. *Ibidem*, p. 16.
43. Maria José Ferreira dos Santos e Juan Castelló Mora, “The Ottone family and paper manufacturing in Spain and Portugal – 17th and 18th century”, in *IPH Congress Book*, International Association of Paper Historians, Switzerland, 1998, pp. 149-150.
44. Embora o requerimento apresentado por João Baptista Bourgeois não esteja datado, admitimos que possa ter dado entrada na Junta de Comércio ainda em 1766, uma vez que a informação dada a esta Junta pelo Provedor da Comarca de Coimbra é de 30 de Janeiro de 1767. O parecer da Junta de Comércio a este requerimento, com base na informação do Provedor da

Comarca de Coimbra, é somente de 22 de Setembro de 1767. AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas* [...]. 1760-1833.

45. *Ibidem*.

46. Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel*..., *ob. cit.*, pp. 219-220.

47. “Parecer da Junta do Comércio sobre o requerimento apresentado por António Álvares Ribeiro e Companhia, da Cidade do Porto, para estabelecer uma fábrica de papel, no Termo de Guimarães.” AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas* [...]. 1780-1833. Sobre as condições constantes no alvará concedido a esta fábrica, vd. Joaquim Antero M. Ferreira, “Breves apontamentos sobre a indústria papelreira em Vizela: as fábricas de papel dos Álvares Ribeiro (séculos XVIII-XX)”, in *O Papel Ontem e Hoje*, *ob. cit.*, pp. 51-53.

48. Artur Anselmo, *História da Edição em Portugal*... *ob. cit.*, pp. 394-395; José Carlos Balmaceda, *La contribución Genovesa al desarrollo de la manufactura papelera española*, Centro Americano de Historiadores del Papel, Málaga, 2004, pp. 223-226.

49. *Ibidem*, pp. 120 e 219.

50. Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel*..., *ob. cit.*, pp. 201-206.

51. *International standard for the registration of papers with or without watermarks*, International Association of Paper Historians, Version 2.1.1. (2013).

52. Sobre este assunto, vd. Maria del Carmen Hidalgo Brinquis, “Proyecto de creación de un plan nacional de filigranas al servicio archivos y bibliotecas y centros de documentación españoles”, in *Actas del VII Congreso Nacional de Historia del Papel en Espana*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2007, pp. 133-134.

53. Para minimizar os efeitos da luz ambiental, o registo fotográfico deve ser realizado com recurso a um pano opaco que cubra todos os elementos envolvidos, ou num espaço sem luz.

54. Foram medidas e registadas as vergaturas, num espaço de 20 mm, sobre o pontusal mais próximo da marca de água e à esquerda desta. De forma a não interferir visualmente com o desenho da marca de água, este registo foi colocado na parte inferior do pontusal.

RESUMOS

O presente artigo desenvolve questões sobre o estudo das marcas de água dos séculos XV a XIX, procurando clarificar as especificidades de uma terminologia própria, e evidenciando a importância da sua interpretação e decodificação. Só assim toda a simbologia contida na marca de água, ou na(s) contramarca(s), se revela como uma fonte para o conhecimento da arte de fazer papel.

Raising issues about the study of 15th-19th century watermarks, this article seeks to clarify the idiosyncrasies of a specific terminology, highlighting the importance of their interpretation and decoding. This methodology will uncover all of the watermarks' (or countermarks') symbolism, thus contributing for the advancement of our knowledge of the art of papermaking.

ÍNDICE

Keywords: paper, watermarks, terminology, symbolism

Palavras-chave: papel, marcas de água, terminologia, simbologia

AUTOR

MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS

Museu do Papel Terras de Santa Maria.

Foi responsável pelo programa museológico e instalação do Museu do Papel Terras de Santa Maria, tendo assumido a sua direcção entre 2001 e 2012. É consultora científica deste museu, dedicando-se à investigação de marcas de água e história do papel. É a delegada, em Portugal, da International Association of Paper Historians.

Was responsible for the museological program of the Paper Museum Terras de Santa Maria and was its curator, as well as its director from 2001 to 2012. Currently she is the Museum's Scientific Consultant and continues studying and researching watermarks and paper history. She is the Portuguese delegate of the International Association of Paper Historians (IPH).